

## EDUCAÇÃO POPULAR COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA E METODOLÓGICA PARA O TRABALHO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –SUAS.

**Leiriane de Araújo Silva**

Centro Universitário Fametro – Unifametro  
[leiriane.silva@professor.unifametro.edu.br](mailto:leiriane.silva@professor.unifametro.edu.br)

**Andreza Fedalto**

Centro Universitário Fametro – Unifametro  
[andrezafedalto7@gmail.com](mailto:andrezafedalto7@gmail.com)

**Josevan Bevilaqua Soares**

Centro Universitário Fametro – Unifametro  
[jb.bevilaqua@gmail.com](mailto:jb.bevilaqua@gmail.com)

**Francisca Kecia Lisboa da Silva**

Centro Universitário Fametro – Unifametro  
[kecialisboa@hotmail.com](mailto:kecialisboa@hotmail.com)

**Marinelsa Nunes de Sousa Silva**

Centro Universitário Fametro – Unifametro  
[maranunes1985@hotmail.com](mailto:maranunes1985@hotmail.com)

**Título da Sessão Temática:** *Políticas Públicas e Direitos Sociais.*

**Evento:** IX Encontro de Pós-graduação

### RESUMO

O presente trabalho consiste num ensaio que tem por objetivo contribuir na construção de metodologias de trabalho social com famílias no âmbito da política de assistência social com base na educação popular, numa articulação entre esta e a função pedagógica do assistente social. A perspectiva é utilizar os círculos de cultura, como estratégia profissional para explorar a reflexão crítica necessária à prática educativa desenvolvida com as classes subalternas. O interesse nessa temática surge a partir de estudos, pesquisas e experiências profissionais na área da assistência social, mas sua maturação vem a partir da realização do Curso Educação Popular: diálogos e incursões na assistência social promovido pela Secretaria de Assistência Social no município de Maracanaú, em que foi possível a realização de estudos e aplicação de círculos de cultura com diversos grupos de usuários dos serviços com os quais se trabalha. Como resultado, tem-se que essa relação Serviço Social, Educação Popular e Assistência Social, embora não seja um diálogo novo, consiste num campo ainda insuficientemente explorado, para tanto, a pretensão do ensaio é contribuir para o despertar de estudos, difusão e implementação dessa prática educativa no trabalho social dentro do Sistema único de Assistência Social – SUAS, pois acredita-se revelar importantes potencialidades.

**Palavras-chave:** Educação Popular. Serviço Social. Assistência social.

### INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira evidencia um grande desafio na construção de um sistema de proteção social, uma vez que possuímos uma dívida histórica com os segmentos

empobrecidos, principalmente no que concerne a proteção social não-contributiva, visto que nosso modelo estruturante de proteção historicamente seguiu uma lógica contributiva com base no seguro social (BOSCHETTI, 2009). A partir dos anos 1980 a sociedade brasileira ensaia a institucionalização e constitucionalização dos primeiros passos em prol do exercício da cidadania, de formas de democracia, da constitucionalização de novos direitos sociais, trabalhistas e políticos, com a carta Constitucional de 1988, instituindo a seguridade social composta por previdência social, saúde e assistência social (ganhando esta última status de política pública).

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, edifica um novo arcabouço legal e institucional para a assistência social. Em 2005 a Política de Assistência Social passa a ser organizada a partir do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, trazendo uma organicidade às ações socioassistenciais, no sentido de articular gestão, financiamento, cooperação técnica entre os entes federados de maneira compartilhada, integrar a rede pública e privada, com base nos princípios da unidade e regularidade, em todo território nacional, estabelecendo hierarquia, vínculos e responsabilidades quanto à oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social. Nesse sentido, ratifica a responsabilidade pública, reafirmando assim que a assistência social pertence a ordem social, portanto, afiançadora de condições de defesa de direitos próprios a defesa da dignidade humana, provisão pública que transita de responsabilidade individual e privada para responsabilidade social e pública.

Para materializar uma concepção de assistência social como preconiza as leis e as normativas do SUAS, devemos levar em consideração o contexto histórico dos anos 1990 e 2000, a partir da contraditória confluência entre processos de “redemocratização” e processos de ajuste ao sistema do capital e as contrarreformas nos termos de Behring (2003), que conduzem a um processo de redefinição do papel do Estado com transferências de serviços essenciais para o setor privado; programas de publicização com criação de agências executivas e de organizações sociais, bem como a regulamentação do “terceiro setor” para execução de políticas públicas; contingenciamento ou desvio de recursos destinados à política social, dentre outros, na tríade neoliberal flexibilização, desregulamentação e privatização.

Nesse quadro, as respostas à “questão social” pelo projeto neoliberal são: a precarização das políticas estatais, mantendo apenas as políticas sociais e assistenciais fornecidas gratuitamente pelo Estado a um nível marginal, dirigida a uma população extremamente pobre, concomitante ao desmonte da seguridade social por dois caminhos, o

primeiro pela via da “mercantilização” dos serviços sociais passando para o mercado e o segundo pela refilantropização passando para a sociedade civil, reproduzindo a lógica clientelista e a “política do favor”.

É nesse processo de conflito entre um modelo garantidor de direitos, descentralizado e participativo e uma política clientelista, de distribuição de favores, que utiliza os recursos públicos para fins privados que se estrutura a assistência social enquanto política pública, num processo de acirramento do embate entre demanda do capital por lucro e demanda da classe trabalhadora por direitos sociais. Assim, para os atores sociais que vão estar diretamente ligados a tarefa de planejar e operacionalizar políticas sociais, a visão é desafiadora, e requer uma perspectiva ampliada em estreita articulação com os dilemas do mundo contemporâneo que coloca em dúvidas as possibilidades de um mundo mais justo e mais igualitário.

Em contexto de crise estrutural do capital, a população demanda maior necessidade de benefícios e serviços sociais públicos, entretanto, estão se defrontando com políticas que não estão respondendo às suas demandas, com desintegração, contenção e limitação significativa da quantidade e qualidade desses serviços, encontrando apenas precarizados programas sociais focalizados, emergenciais e extremamente seletivos, contrariando o significado sócio-político da seguridade social como mecanismo redistributivo.

Nesse quadro a proposta é reduzir despesas e, em especial gastos sociais, a exemplo da Emenda Constitucional nº 95, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para a implementação de políticas. É sobre essa realidade que o assistente social é chamado a intervir, levando princípios de liberdade, democracia e justiça social na busca de viabilizar direitos sociais, e vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos. Não quero dizer com isso que em outros contextos dispúnhamos de todas as condições necessárias para o fazer profissional, haja vista que historicamente nos deparamos com a desigualdade fundante e necessária a acumulação capitalista que se localiza na distribuição da riqueza entre fundo de acumulação privada e a riqueza pública destinada a financiar políticas sociais e as estruturas garantidoras de direitos sociais. Como então desenvolver um trabalho comprometido com os interesses do público participante da assistência social, numa realidade tão adversa? Talvez a função político-pedagógica do trabalho do assistente social nos aponte uma resposta.

Fez-se uso de pesquisa bibliográfica, documental e observação simples, envolvendo atividades de pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema da educação popular, assistência social e Serviço Social, bem como, realização de Círculos de Cultura enquanto proposta pedagógica que permite um diálogo horizontal com os usuários, de caráter radicalmente democrático e libertador em que se propõe uma troca de saberes, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto. Utilizou-se instrumentais e técnicas de grupos como: dramatizações, entrevistas, apresentações, músicas, danças, cirandas, imagens geradoras, temas geradores, articulando as bases teóricas estudadas com visão empírica da temática.

Adotou-se como princípios metodológicos o respeito, a autonomia e a dialogicidade. Os círculos de cultura, tais como foram sistematizados por Freire, podem ser didaticamente estruturados em momentos tais como: a **investigação do universo vocabular**<sup>1</sup>, do qual são extraídas **palavras geradoras**<sup>2</sup>. Esse mergulho permite ao educador interagir no processo, ajudando-o a definir seu ponto de partida que se traduzirá no **tema gerador geral**<sup>3</sup>, vinculado a ideia de interdisciplinaridade, integração do conhecimento e a transformação social. (Dantas, 2010).

O trabalho parte de um investimento analítico pautado em categorias como cultura, práxis, educação popular, trabalho, Ser Social, que conformam princípios da teoria social crítica em especial de autores como Lukács (2010), Gramsci (1985), acrescido Freire (1991). Estes sustentam o movimento de síntese em direção a dimensão particular desse estudo teórico-prático sobre o uso da educação popular como instrumento político e metodológico no trabalho com os usuários da Política da Assistência Social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O chamamento à reflexão é de compreendermos o solo histórico de nossa ação profissional: a sociedade capitalista, a questão social e o campo contraditório dos direitos e

---

<sup>1</sup> Relação das palavras de uso corrente, entendida como representativa dos modos de vida dos grupos ou do território onde se trabalhará (estudo da realidade). Este momento permite o contato mais aproximado com a linguagem, as singularidades nas formas de falar do povo, e suas experiências de vida no local.

<sup>2</sup> Unidade básica de orientação dos debates.

<sup>3</sup> A codificação pode se dar por imagens expressas de várias formas— desenho, fotografia, imagem viva, — que por sua vez deverão suscitar novos debates. Parte-se da compreensão de que cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica, dispõe em si próprio, ainda que de forma rudimentar, dos conteúdos necessários dos quais se parte.

das políticas sociais. Para que assim possamos sair do discurso das necessidades de subsistência, das carências, das faltas tão presentes dentro da assistência social, e incorporar outras determinações como o potencial mobilizador e organizador da comunidade nos territórios em que nos inserimos. Se para o capital a assistência social constitui um importante estratégia e ferramenta de controle da pobreza, na contradição, pode também ser um importante espaço de disseminação de práticas pedagógicas compromissadas com a emancipação humana.

Deste modo, precisamos decifrar os processos sociais, o campo das relações de poder econômico e político – das relações entre as classes e destas com o Estado – assim, como seu envolvimento na esfera cultural, no campo das ideias. (CASTRO, 1989). Sendo a profissão atravessada pela contradição entre necessidade de responder às demandas institucionais (condição e sua existência) e colocar em questão o processo de produção e reprodução social que geram as demandas (Mota,2012), requer um sistema de mediações que possa explicar, dizer o porquê dos fenômenos, “reconstruir” a realidade, caso contrário, reduziremos o fazer profissional a mera descrição dos fatos, abandonando o trabalho interpretativo prévio e posterior, reduzindo esse fazer a uma dimensão somente técnica e administrativa.

Desta forma, ao se desenvolver trabalhos com grupos nos serviços socioassistenciais, não se deve tomar a demanda imediata desconectada do conjunto das questões postas na realidade objetiva, incorrendo no risco de reproduzir a lógica individualizada presente hoje na dimensão institucional da política de assistência social, descontextualizando fenômenos históricos, nos afastando da direção do projeto profissional que é a luta pela emancipação política, tendo como horizonte a emancipação humana.

Nessa direção a educação popular tem muito a contribuir, pois parte de um princípio que todas as pessoas têm saberes importantes para transformar uma realidade social, percebemos que esses saberes em geral são desqualificados, desprezados pela sociedade capitalista. Diante disso, a Educação popular vem na perspectiva da valorização de todos os saberes populares.

Nesse sentido a Educação Popular considerada uma metodologia de trabalho, voltada para a construção de uma outra compreensão das relações sociais, a qual considera a classe trabalhadora como agente primordial da transformação social, capaz de interagir saberes e construir outros valores. Com isso a Educação Popular, não se restringe apenas na educação formal, ao contrário, pode e deve ser inserida em diferentes práticas profissionais, entre elas a

dos assistentes sociais, junto aos usuários nas instituições, nas comunidades, associações, movimentos sociais e populares, uma forma de fortalecer o Projeto Ético-político da profissão, a partir de uma ação pedagógica e política, na busca por garantia de direitos e emancipação humana.

Sobre a função pedagógica do Serviço Social, ABREU afirma que:

[...] a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meios dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social. (2002:17)

Na busca do fortalecimento das classes populares, observamos que o próprio projeto hegemônico profissional do Serviço Social tem que se fortalecer, pois no seu interior existem projetos individuais. E nessa perspectiva da construção de um novo modelo, onde objetiva a busca pela equidade e a justiça social, é relevante a participação de todos numa mesma direção, porém todos têm que estar preparados para esta metamorfose.

Vale ressaltar que no Código de Ética da profissão, o sétimo princípio refere-se quanto “a garantia do pluralismo através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”. Portanto, a Educação Popular com sua metodologia libertadora, pode colaborar com as práticas pedagógicas do assistente social, tendo em vista que os dois têm princípios em comum: a busca pela emancipação, a autonomia e a liberdade dos sujeitos.

Acreditamos que este é um trabalho que encontrará muitos desafios, inclusive com a proposta ideológica que o projeto neoliberal constitui com a sua cultura hegemônica, o individualismo, o consumismo, estratégias e mecanismos como os direitos ludibriados para a sua legitimação. Contribuindo com que a pobreza seja aceita de forma natural, que o indivíduo assuma a culpa sozinho por seu fracasso, retirando a responsabilização do Estado. Contudo, são desafios colocados cotidianamente no fazer profissional do assistente social fazendo com que os profissionais tenham que rever sua prática, de forma coletiva, para que possam contribuir na perspectiva da construção de uma nova sociabilidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto mais os assistentes sociais forem capazes de romper com a lógica imediatista de que a assistência social é para socorrer os pobres com ações simplistas e fragmentadas,

pautadas só na concessão de benefícios e em grupos voltados para reprodução da lógica perversa da sociabilidade mercantil, mais nos aproximamos da compreensão das lógicas que produzem a pobreza e a desigualdade, constitutivas do capitalismo, mais condições terão para intervir, para elaborar respostas profissionais qualificadas do ponto de vista teórico, político, ético e técnico (o conhecimento teórico é a primeira ferramenta do trabalho do assistente social). Mas, se fundamental é decifrar as lógicas do capital, sua expansão predatória e sem limites, desafiante é, também, saber construir mediações para enfrentar as questões que se colocam no tempo miúdo do dia a dia da profissão.

É nesse tempo que podemos partear o novo, construir resistências, construir hegemonia, enfrentar as sombras que mergulham esta imensa parcela de humanidade explorada, enganada, iludida, massacrada, gente que fica à espera em longas filas para receber os “benefícios” que os assistentes sociais operacionalizam (YAZBEK 2010, p. 153). Desta forma, incorporar essa população pobre como sujeito de direito e não de benesse, dando visibilidade aos seus interesses, podem possibilitar novos processos e projetos inclusive de democratização e participação política dos mesmos. Permitindo que na prática esses sujeitos possam participar das discussões sobre as políticas sociais que lhe dizem respeito, construindo uma nova cultura política na política social, o que pressupõe criatividade libertadora.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da Cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002
- BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- DANTAS, V.L.A. **Dialogismo e arte na gestão em saúde: a perspectiva popular nas Cirandas da Vida em Fortaleza**. 2010. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2010.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 2a Ed. Vozes, Petrópolis, RJ 2003.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Trad..Carlos.Nelson.Coutinho.10.ed.. Rio.de.Janeiro:Civilização.Brasileira,1995.
- KONDER,.Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**:.o pensamento.de.Marx.no.século.XXI. 2..ed..Rio.de.Janeiro:.Paz.e.Terra.,1992.
- LUKACS, Georg. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.
- YAZBECK . Maria Carmelita. Serviço Social e Pobreza. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010